



Diário da Sessão n.º 106 de 08/06/00

Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o SIDER.**

Para apresentar o mesmo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este diploma foi analisado com diversas entidades, nomeadamente a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a Associação de Jovens Empresários, a Associação de Municípios dos Açores e também o Conselho Regional de Incentivos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar um pouco dos antecedentes.

Como sabem, o II Quadro Comunitário de Apoio, terminou no dia 31 de Dezembro de 99, o que significa que o SIRAA, que tem diversos sistemas de incentivos já bem conhecidos (SIRALA, SIRAPA e o SIRAPE), deixou de funcionar, ou seja, a partir de Janeiro deste ano os empresários que se queriam candidatar a estes sistemas de incentivos, deixam de ter um sistema operacional. O mesmo acontece com o SITRAA que termina no final deste ano.

O III Quadro Comunitário de Apoio, iniciou-se em Janeiro. Aliás, a partir de 19 de Novembro de 99, já se pode imputar despesas ao III QCA, mas era necessário que os documentos correlacionados com o PRODESA na Região Autónoma dos Açores e com o Programa Operacional da Economia que está estreitamente relacionado com tudo o que diz respeito aos sistemas de incentivos, estivessem publicados e tivessem uma forma clara.



Como sabem, no caso do Programa Operacional de Economia, ele foi publicado no dia 5 de Maio deste ano. O PRODESA, no início de Maio, foi objecto de uma decisão final da Comissão e já está homologado, sendo publicado no dia 19 de Junho.

No caso do Programa Operacional de Economia, embora já tenham sido publicados os regulamentos — alguns já estão publicados, outros não — eles são conhecidos. Portanto, estava na altura, embora já tivéssemos ideias claras de como devia ser essa Proposta de Decreto Legislativo Regional, de verificar o que é funcionava bem no sistema de incentivos anterior, e o que estava menos bem, e que depois de longas conversas com os parceiros sociais, nomeadamente com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, fôssemos aperfeiçoando um modelo que considero estar perto do que se pode considerar não um consenso generalizado, mas possível — nunca é possível ter o consenso de todos os parceiros sociais, — e que de facto enforma esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Como sabem, o Programa Operacional de Economia, que está adstrito à Região Autónoma dos Açores, tem cerca de 27,4 milhões de contos.

Nesse Programa, a medida 1.1 — investimentos até 30 mil contos, não está adstrita aos Açores e à Madeira, ou seja, não é aplicável aos Açores ou à Madeira a medida 1.1 que já foi publicada em regulamento. Portanto, nós teremos que ter um sistema alternativo completamente autónomo do Programa Operacional de Economia.

Assim, os Açores e a Madeira decidiram criar um sistema de incentivos próprio que no fundo vem, de certo modo, criar um sistema diferente, mas parecido com o SIRALA, ou seja, agora o SIRALA tem um objectivo um pouco mais amplo, vai até aos 30 mil contos, e a filosofia que enforma este novo sistema de incentivos, que vai ser designado aqui por um subsistema



do sistema global SIDER, o chamado SIDEL (Sistema de Incentivos de Desenvolvimento Económico Local), tem uma filosofia e uma gestão semelhantes ao SIRALA, mas tem uma maior capacidade de acção, isto é, vai até aos 30 mil contos.

Depois há um sistema de incentivos dedicado ao turismo e há um outro sistema de incentivos de prémios, porque na medida 1.2 — projectos a nível nacional que vão de 30 mil contos para cima — a Região Autónoma dos Açores tem 13.2 milhões de contos de incentivos, o que dividido por 7 anos, dá um investimento bastante elevado.

Depois de consultados os técnicos de Bruxelas, para sabermos a possibilidade de baixarmos — havia o SIRAPE que era um sistema de prémios que era só a partir de 1 milhão de contos — e se poderíamos aplicar a partir dos 30 mil contos, foi-nos dada uma resposta positiva e por isso em conversações com a Câmara de Comércio, numa tentativa de aproveitamento do máximo de recursos, de procurar que os recursos que existem nos sistemas de incentivos nacionais também fossem utilizados pelos empresários regionais, dado que existe pela primeira vez um sistema da locação de verbas à Região Autónoma dos Açores e à da Madeira, criou-se um sistema de prémios que vai de 30 mil contos para cima e serve ao turismo, à indústria, ao comércio e todas as áreas.

Para além disto, existe também um sistema de prémios para os projectos que possam eventualmente não vir a ser aprovados a nível nacional, mas que têm um efeito estruturante na Região Autónoma dos Açores. Portanto, são projectos que no fundo vêm cobrir o tal SIRAPE.

Há determinadas áreas que nós consideramos extremamente importantes para a Região Autónoma dos Açores, que podem por alguma razão não ser



aprovadas a nível nacional. Então, dentro do sistema de prémios, considerámos também esta área.

Desta forma institui-se o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional, designado por SIDER e constituído por 3 subsistemas, o SIDEL, o SIDEPE e o SIDET, um dedicado ao desenvolvimento local, no fundo ex-SIRALA, o outro ao desenvolvimento do turismo, que vem cobrir o SITRAA, e o outro vem cobrir o SIRAPE.

Há algumas inovações que terão que ser vistas caso a caso.

Nas condições de acesso aos promotores, nós fizemos de uma forma abrangente, porque por exemplo no caso do SITRAA actualmente, associações sem fins lucrativos podem candidatar-se. É o tal problema das promoções que nós consideramos que é importante que associações sem fins lucrativos, empresas mesmo de capital maioritariamente público, possam concorrer ao sistema e se existe no SITRAA, aqui está salvaguardado, porque os promotores são os mais variados.

Isto está da mesma forma que está no Programa Operacional de Economia.

No fundo, podem concorrer as empresas, associações de qualquer natureza, sob qualquer forma jurídica.

Aqui não encontramos consenso em relação aos diversos parceiros sociais. Compete, pois, à Câmara de Comércio decidir.

De facto, isto não é para ser aplicado em todos os sistemas, mas em casos particulares na regulamentação específica na qual se indicará o respectivo universo dos beneficiários.

Em relação a outros pontos que não são consensuais, um deles diz respeito à forma como gerir o sistema.

Enquanto que o quadro institucional anterior é basicamente a Secretaria Regional das Finanças, o Conselho Regional de Incentivos, as Câmaras



Municipais e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, nós introduzimos aqui um sistema diferente, ou seja, a Secretaria Regional de Economia que tem um gabinete de sistema de incentivos.

O Conselho Regional de Incentivos passa a ter uma vocação diferente. Passa a ter mais a função de avaliação dos subsistemas e do grau de sucesso dos respectivos projectos de investimento.

A comissão de selecção é uma comissão adstrita a cada subsistema. Assim, para o SIDEL (Sistema de Incentivos de Desenvolvimento Económico Local), haverá uma comissão de selecção. É preciso perceber que a comissão de selecção deve ter uma composição diferente de quem analisa, para haver uma completa separação de quem analisa e de quem selecciona. Portanto, tem que haver uma composição diferente no caso do SIDEL, do SIDEP e do SIDET.

É extremamente importante para nós, para que haja credibilidade no sistema, que a comissão de selecção tenha obrigatoriamente pessoas ligadas aos mais diversos sectores, para que não haja a mínima suspeição que possa ser lançada nos sistemas de incentivos.

Todos nós temos em vista o que aconteceu com o IIPA, por isso não quereríamos que o novo sistema de incentivos, o quadro institucional que aqui vamos aprovar, dê azo a que haja suspeições. Nós estou a dizer que já há qualquer problema, mas que as suspeições sejam arredadas, porque na comissão de selecção existirão sempre pessoas de fora, pessoas que não estão envolvidas na análise e será mais difícil haver qualquer perturbação ou qualquer grau de suspeição.

Em relação ao quadro institucional, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, no seu parecer, pretende que seja só a Câmara de Comércio e as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

suas associadas e os jovens empresários pretendem que sejam as associações empresariais.

Como isto é um Decreto Legislativo para 7 anos, nós achámos que não devíamos restringir à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas devíamos colocar associações empresariais, porque vai permitir uma maior possibilidade, uma maior maleabilidade, uma maior abrangência do processo.

De resto, penso que as posições assumidas pelas diversas associações empresariais e pelo Conselho Regional de Incentivos, foram entendidas na sua globalidade, mas estamos prontos, no debate, a explicar de uma forma mais concreta o que é que se pretende aqui do SIDER.

Basicamente são 3 subsistemas, um para projectos de pequena dimensão que vai até 30 mil contos, outro para o turismo de uma forma separada e outro para um sistema de sinergia com os sistemas de incentivos nacionais, no fundo, para premiar os empresários que vão buscar recursos ao Programa Operacional de Economia e ao PIDAC, não envolvendo o orçamento da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD já se tinha disponibilizado para, se fosse necessário, fazer uma sessão extraordinária da Assembleia para discutirmos este diploma dada a importância que ele tem.

Sabemos de um grande número de empresários que além de terem várias vezes reclamado em face dos atrasos do SIRAA, nomeadamente dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

SIRALAs, além desses projectos estarem atrasados, continuam sem ver a aprovação dos que já entraram.

Por outro lado também, até a este momento, estão sem saber como é que vai ser o novo sistema de incentivos ao investimento da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, da nossa parte, da parte do PSD e do Grupo Parlamentar do PSD, estivemos desde logo disponíveis para resolver este problema rapidamente, no que competir ao processo legislativo.

Esperamos também que da parte regulamentar, o Governo possa rapidamente resolver as restantes questões, para que o sistema fique em funcionamento e paralelamente seja feito o saneamento do sistema anterior que ainda não aconteceu.

Devo dizer também que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este diploma, mas artigo a artigo, iremos pôr as questões que entendermos, porque não podemos deixar passar uma série de dúvidas que temos, uma vez que este diploma não foi discutido na Comissão.

Nós não podemos passar por isto *sobre brasas*, sob pena de estarmos a dar uma vaga autorização legislativa ao Governo para enquadrar todo o processo de todo o sistema de incentivos económicos da Região Autónoma dos Açores.

Será desnecessário discorrer aqui sobre toda a importância que este diploma tem, mas há uma essencial, ou seja, o efeito, até mais social do que económico, que nomeadamente o SIDEL vai ter, porque são investimentos de pequeno montante que vão ter um efeito muito grande em todas as nossas pequenas comunidades, como aliás, os SIRALAs tiveram, não só na criação de emprego, mas também no fortalecimento do tecido económico e na sua modernização.



Por isso mesmo, é mais uma razão — não é só uma razão do desenvolvimento da economia e dos empresários terem os meios ao seu dispor — social que faz com que tenhamos maior atenção e maior premência em facilitar tudo o que seja possível para que o sistema entre rapidamente em vigor.

Já agora gostaria também de fazer alguns comentários, não muito de pormenor, mas entrando um pouco naquilo que se vai discutir.

Desde logo, fala-se no preâmbulo em sectores estratégicos, mas por outro lado não se concretizam as prioridades, ou pelo menos não nos é dado observar a concretização dessas prioridades, antes pelo contrário, temos aqui o projecto que irá abranger desde ginásios e salas de musculação, até à indústria passando pelo turismo. Portanto, com uma horizontalidade em termos de toda a actividade económica, praticamente total, exceptuando os investimentos que serão feitos no âmbito dos apoios do FEOGA.

Gostaríamos de saber se já há alguma informação sobre quando é que este sistema poderá entrar em funcionamento, nomeadamente pela notificação à comunidade, ou seja, se já foi feita alguma coisa nesse sentido, se vai ser feita ou quais as perspectivas que os nossos empresários terão para esta questão?

De resto — é mais uma pequena crítica em termos políticos — este é um sistema que vem na sequência do anterior SIRAA que alarga a sua horizontalidade abrangendo muitas mais classificações das actividades económicas, englobando a parte que também era abrangida pelo SITRAA. Portanto, vai englobar todos os incentivos à actividade económica nos Açores, à excepção daqueles apoiados pelo FEOGA, como já disse.

No entanto, continuamos a desconhecer se haverá modelações ou não neste sistema, e é uma das coisas que gostaria que o Sr. Secretário explicasse,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

porque podemos ver na parte da discussão na especialidade, mas desde já esta questão das modelações podia ser posta.

Também gostaríamos de saber quais as razões de se ter perdido um pouco da base regional que existia no âmbito do SIRAA, na medida em que este Projecto de Decreto Legislativo Regional empurra os projectos superiores a 30 mil contos para sistemas nacionais, dando apenas um prémio regional, prémio esse que, como o Sr. Secretário referiu, está previsto para os investimentos superiores a 1 milhão de contos. Isto é, alargou-se na horizontalidade, actualizaram-se os montantes elegíveis, relativamente ao que havia em relação aos SIRALAs, mas pensamos que se deu na base regional com todas as consequências e é esta a nota política que eu gostaria de deixar neste momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve crítica feita em relação aos SIRAPAs, SIRALAs e SITRAAs.

Devo dizer que os SIRAPAs estão todos em dia, todos pagos. Portanto, não há nenhum atraso.

Os SITRAAs idem aspas.

Quanto aos SIRALAs, as Câmaras de Comércio receberão este ano 400 mil contos. Eu estou à espera dos recibos das Câmaras de Comércio.

Em relação ao atraso, Sr. Deputado, o II Quadro Comunitário de Apoio, entrou em vigor em 1994.

O primeiro Decreto Legislativo sobre o SIRAA, surgiu no dia 20 de Fevereiro de 1995 (14 meses depois).

O SITRAA surgiu no dia 14 de Junho de 96 (dois anos e meio depois).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu penso que estamos a trabalhar. Mais depressa do que isto, não podia ser, porque o PRODESA foi aprovado em Maio. O Programa Operacional de Economia, que tem muito a ver com isso, só em Maio é que ficou mais ou menos definido e os regulamentos ainda não estão todos publicados.

O facto de haver um bom entendimento entre este Governo e o Governo da República, o facto de conhecermos antecipadamente os regulamentos que vão ser efectuados e que vão ser publicados para esta Região, permitiu-nos divisar esse sistema de incentivos.

As conversações que nós temos tido com as Câmaras de Comércio, não são de agora. Até na definição da locação das verbas às diversas medidas, houve reuniões com as Câmaras de Comércio.

Portanto, nós já conhecíamos a locação para as diversas medidas do Programa Operacional de Economia, foi feita uma discussão aberta com as Câmaras de Comércio e com elas divisámos esse sistema, que surge agora mas já vem de uma longa conversação com as Câmaras de Comércio.

As Câmaras de Comércio conhecem a filosofia que ia enformar este Decreto Legislativo, sabem desde o início o que é que iria acontecer, aconteceu da forma mais rápida possível.

É evidente que eu gostaria que esta Assembleia tivesse muito mais tempo para analisar esse sistema. Só o facto de haver aqui umas férias, que apareceram por acaso, é que nos obriga a utilizar a figura regimental de pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão. Foi só um facto, porque poderia ter acontecido em Março ou em Abril.

Este Governo e a Secretaria Regional da Economia que esteve encarregada de resolver este assunto, fê-lo num mês. Foi o prazo de consultas desde o início, elaboração do texto, a consulta aos diversos parceiros sociais, absorver as diversas sugestões e voltar a conversar (tivemos 3 sessões com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

as Câmaras de Comércio, com as associações dos Jovens Empresários e com o Conselho Regional de Incentivos). Tudo isto foi feito, foi elaborado e chegámos ao consenso possível, que nunca poderia ser total.

Quanto aos sectores estratégicos, os projectos de investimento que visam a criação de novas empresas, a expansão e a modernização das existentes, bem como a alteração da localização de estabelecimentos, serão definidos e apoiados nos termos dos regulamentos.

De facto, este Decreto Legislativo Regional compete ser abrangente. É assim que também é definido no Programa Operacional de Economia, ou seja, com abrangência, e depois nos respectivos regulamentos haver modelações para os diversos incentivos nas diversas áreas, que não serão apoiadas sempre da mesma forma durante o decorrer dos 7 anos.

Nós estamos a fazer um Decreto Legislativo para 7 anos. Portanto, temos que ter aqui quase todas as áreas, porque se repararem a medida 1.1 não é aplicável à Região Autónoma dos Açores, nem à Madeira.

Nos Açores pode haver pessoas que queiram concorrer para estas áreas, que estão no Programa Operacional de Economia e que aqui terão que ser colocadas.

Os consensos foram obtidos com as Câmaras de Comércio, com a Associação de Jovens Empresários e com alguma ou outra excepção, pensamos que este acordo e esta proposta que nós lançamos aqui, tem um alargado consenso.

Quanto à notificação da Comunidade, imediatamente após a publicação deste documento que pode ser alterado aqui, devo dizer que nós já enviámos um pré-projecto para a Comissão, os técnicos já o analisaram e aquilo que nós estamos a colocar aqui é consensual na Comissão, mas não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

poderá ser enviado só como for aprovado aqui, porque pode ser totalmente alterado. Só aí é que podemos fazer a notificação real.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na medida em que consideramos que é importante dotar os meios empresariais desta Região dos mecanismos legais que possam concorrer a incentivos, no sentido de melhorar o nosso tecido empresarial.

Não vamos entrar em pormenor em relação à análise do diploma, mas de qualquer modo, gostaríamos de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional.

As candidaturas ao SIDEL vão ser analisadas pelas associações empresariais mediante protocolo entre a Secretaria.

Na altura em que forem assinados esses protocolos, vai haver por parte da Secretaria a garantia de que em tempo útil todos os processos entrados nas diversas associações empresariais, vão ter um despacho atempado?

Eu coloco esta questão, porque em relação aos mecanismos que têm estado em execução, alguns empresários queixam-se das demoras que existem na análise dos processos.

Esta é uma situação que muito recentemente foi-nos colocada e eu gostaria de colocá-la aqui, porque é importante que sejam as associações empresariais a fazer a análise dos documentos, mas elas têm que ter técnicos com capacidade de, em tempo útil, fazer a análise desses



processos, uma vez que é fundamental haver uma certa rapidez no evoluir de todas estas situações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo lembrar que felizmente logo a seguir ao PSD ter vindo a público dizer que estaria disponível para, em qualquer momento, reunir em plenário a fim de resolver esta questão — não sei se terá alguma coisa a ver com isto ou não — apareceu logo este diploma para poder vir a ser discutido neste plenário.

Quanto a atrasos, Sr. Secretário, é bom lembrar que o senhor agora tinha todo um edifício que foi feito de novo quando se começou com o SIRAA, aliás, inovador a nível nacional e europeu, elogiado a esses dois níveis — penso que o senhor sabe — e que, pela primeira vez, juntou no processo decisório e no processo de instrução os agentes privados, nomeadamente as Câmaras de Comércio e o poder local.

A nível do turismo havia também uma série de diplomas que depois foram compilados num apenas e estou a falar do SITRAA.

Neste momento, o que foi feito foi pegar num edifício já construído, com provas dadas, alargar a sua horizontalidade, não criando as tais modelações como referi e ceder na base regional.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é cópia nenhuma! Não há nenhum artigo igual!

O Orador: Certamente que foi discutido com as Câmaras de Comércio, com toda a gente como tem que ser, mas o processo para construir este Projecto de Decreto Legislativo Regional, foi necessariamente muito mais simples e breve do que aquele que foi necessário para construir tudo aquilo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que existia e que foi feito de novo, com originalidade, para que agora se possa assim compilar aquilo que havia no SITRAA e aquilo que havia no SIRAA.

Em relação às prioridades, o Sr. Secretário fala que depois, por aquilo que eu percebi, em termos regulamentares, serão definidas as prioridades. Eu acho que isto é uma coisa estranhíssima.

As prioridades políticas são definidas no Decreto Regulamentar, mas as despesas elegíveis são todas definidas no Decreto Legislativo Regional! Há aqui qualquer coisa que falha.

Preocuparam-se com o pormenor, vendo o que é que eram despesas elegíveis e despesas não elegíveis e esqueceram-se de definir as prioridades políticas. Não sei se existem ou não ou se estão reflectidas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que se prende com o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores.

É um diploma importante que vai enquadrar o sistema de incentivos da Região nos próximos 7 anos e é constituído, como já foi referido pelo Sr. Secretário, por 3 subsistemas: SIDET, para o turismo, o SIDEL para o desenvolvimento local e o SIDEP para prémios.

É um instrumento fundamental que servirá para fortalecer e modernizar a economia regional, a diversificação da oferta de bens e serviços e também a criação de emprego.



Gostaria de realçar o que é dito no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, no que diz respeito à filosofia de maior exigência.

De facto, este documento enforma uma filosofia de maior exigência e nós pensamos que esta atitude junto com a de um maior rigor, vai fazer com que o desenvolvimento dos Açores se concretize de um modo mais sustentável.

Achamos que o sistema de incentivos deve requerer sempre rigor e exigência.

Por isso, nós, Grupo Parlamentar do PS, vamos votar favoravelmente este diploma.

Antes de terminar e a *talho de foice*, já que são conhecidas as propostas de alteração do PSD, gostaria de dizer que na generalidade, quando votarmos artigo a artigo, também somos favoráveis às alterações que o PSD apresentou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão e um pequeno comentário às afirmações feitas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Em relação às associações empresariais, isso preocupa-nos, não todas, mas algumas, aquelas que têm maiores dificuldades que outras. Este é um assunto que nós estamos a trabalhar com eles (não existe em São Miguel nem na Terceira, mas existe aqui no Faial).

De facto, existem programas nacionais que podem permitir a aquisição de técnicos.

Como estamos aqui a trabalhar para 7 anos, vamos encontrar com certeza um protocolo para esta ilha, que permita a estabilidade dos técnicos a fim



de analisarem as candidaturas com a rapidez e celeridade necessárias. Daí termos que fazer um protocolo, caso a caso, porque no Faial a situação é uma, em São Miguel é outra e na Terceira é outra. Isso vai evoluindo com o tempo.

Nós estamos aqui a trabalhar para 7 anos e temos isso em consideração.

Sabemos que as dificuldades que existem na Câmara de Comércio do Faial e muitos atrasos que existem nesta ilha, muitas vezes são derivados não do pagamento, mas da análise dos próprios processos.

Quanto ao não estar aqui de uma forma muito clara e muito explícita quais os sectores estratégicos, eu devo dizer que este é um processo para 7 anos. Não é nenhum plano quinquenal, soviético, que tenha o dirigismo de dizer que isto é estratégico para todo o sempre.

Nós sabemos o que queremos para os próximos anos, mas achamos que este documento deve ser abrangente, deve permitir a entrada. É na modelação que se vai fazer dos regulamentos, que podem variar ao longo dos 7 anos, que podemos definir e criar as condições para que este sector seja privilegiado em relação a outro sector.

Não vale a pena criar programas dirigistas. Se reparar bem, o Programa Operacional de Economia que também é feito para o país inteiro, adopta a mesma filosofia.

É assim que é feito lá fora e é assim que pensamos que deve ser feito aqui, ou seja, haver uma abertura muito grande na base, mas ao longo do tempo ir aperfeiçoando quais os sectores estratégicos.

É essa a nossa visão e achamos que não valia a pena frisar aqui o turismo, porque todos nós sabemos que queremos desenvolver o turismo nos Açores e vamos colocá-lo como sector estratégico pelos incentivos que vamos dar, por isso é que tratamos o SIDET como sendo um subsistema à parte. Não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

colocamos misturado com os outros, mas colocamos o SIDET (Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo).

Os outros sistemas de incentivos seriam para nós complexos num decreto legislativo. Agora, é este serviço que vai ser prioritário, é aquela indústria que vai ser prioritária, as coisas evoluem. Nós estamos num mercado em que a evolução tecnológica é grande e aquilo que é verdade hoje, amanhã pode já não ser verdade e pensamos que é preferível haver uma abrangência grande e com o tempo possibilidade de haver modelação através dos decretos regulamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que as explicações do Sr. Secretário acerca da não priorização de sectores estratégicos, não me convenceram totalmente. Aliás, o diploma, no seu preâmbulo, baseia-se inclusivamente no privilegiar acções integradas nos sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional. Quais são?

Secretário Regional da Economia (Duarte): Vão ser definidos os subsistemas!

O Orador: Eu repito: está aqui, no último parágrafo da primeira página do preâmbulo.

Se o diploma se baseia nisto, como é que não há uma ideia de quais são os sectores considerados estratégicos?

Pelo que percebi, Sr. Secretário, ao nível da regulamentação vão ser criadas condições de modelação. Se bem entendi, essas condições de modelação terão a ver com as tais prioridades de definições estratégicas.



E em relação a modelações que tenham a ver com condições geográficas, nomeadamente, em face da nossa realidade arquipelágica e em face do tecido económico de cada uma das ilhas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este ponto, é muito simples.

Nós temos uma experiência do passado: o SIRALA, o SIRAPA, o SITRAA existem, estão a funcionar.

Nós estamos em diálogo com as Câmaras de Comércio, temos o Conselho Regional de Incentivos para avaliar o grau de sucesso. Portanto, temos todos os mecanismos de avaliação do próprio sistema.

É com esses mecanismos de avaliação, é com esta metodologia que vamos encarar os próximos 7 anos, sem regras fixas à partida, com bastante flexibilidade e com a certeza de que há sectores estratégicos que estão definidos, até mesmo estão implícitos aqui, ou seja, o turismo que tem um sistema de incentivos próprio e há depois um conjunto de áreas muito vasto, que vai sendo avaliado conforme o decorrer do próprio processo de sistema de incentivos.

Nós preferimos a abertura e a flexibilidade.

Não queremos criar regras rígidas que daqui a dois ou três anos podem ser postas em causa.

É essa a nossa filosofia, é essa a nossa maneira de ver a questão.

Nós não acreditamos no dirigismo dos planos quinquenais soviéticos.

Nós acreditamos que o mercado vai mostrando quais os vectores que têm maior possibilidade de sucesso e quais aqueles que vale mais a pena apostar, por isso criámos o Conselho Regional de Incentivos que vai fazer a



avaliação do próprio sistema. É por isso que ele vai trazendo novos encontros ao sistema, permitindo que o Governo que estiver a actuar possa ir mudando os subsistemas, mudando os regulamentos dos subsistemas e criando uma conjuntura de sistema de incentivos favorável ao desenvolvimento económico.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Não pode deixar de me surpreender essa sua justificação quanto aos sectores estratégicos, porque é o próprio documento que vem do Governo que diz que este sistema tem um carácter inovador, quer nas actividades, quer na tipologia. Aqui o inovador é o ser mais abrangente, não tem nada de inovador.

Eu ainda não percebi onde é que está a inovação na tipologia dos instrumentos que utiliza, quais são os novos instrumentos, qual é a nova tipologia de instrumentos que aqui é utilizada, para eu poder identificar. Depois diz: "privilegiando acções integradas nos sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional".

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Então e o SIDER?

A Oradora: Não sou eu nem somos nós que queremos dirigismo. O Sr. Secretário é que diz no preâmbulo do seu documento que esta proposta vai privilegiar as acções integradas nos sectores considerados estratégicos.

O mínimo que nós lhe podemos perguntar e o mínimo que temos o direito de saber, é quais são os sectores estratégicos. Não é um problema de dirigismo.

Qual é a orientação estratégica deste diploma?



O que é que o Sr. Secretário quer incentivar, privilegiadamente, conforme aqui diz, com este documento?

Se me diz que quer privilegiar o turismo, mais isto, mais aquilo por enquanto, amanhã pode querer privilegiar outros, cá estamos. Da mesma maneira que vai alterar os regulamentos, porque já disse que é nos regulamentos que vai definir os sectores estratégicos, altere também o diploma na Assembleia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Então o que é que estamos a fazer todos os dias?

A Oradora: Não faz sentido dizer que não põe no Decreto Legislativo os sectores estratégicos, porque os quer alterar, mas põe no Decreto Regulamentar, porque os quer alterar. Altera qualquer um!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é assim!

A Oradora: Tanto os decretos regulamentares, como os Decretos legislativos, são revogáveis e alteráveis a qualquer momento.

O que é preciso é que se saiba neste momento em que estamos a aprovar isso, o que é que se quer privilegiar do ponto de vista do desenvolvimento económico e não uma amálgama de divisões, de classificações económicas, que como aqui já foi dito, vai de uma ponta a outra, sem se perceber o que é que se quer privilegiar. Não se percebe.

Eu penso que isso é o mínimo quando se pega num documento que pretende — e ele próprio diz — ser estratégico no que se refere ao incentivo dos sectores económicos da economia.

Também gostaria de sublinhar uma outra preocupação que já aqui foi dita, mas eu queria salientá-la uma vez mais.

O SIRAPA desaparece, o sistema que apoia investimentos entre 30 mil — o SIRALA já ia até 30 mil em dois anos, dois projectos, como sabe — e



100 mil, e que se quer coadonar muito bem com as necessidades de investimento da nossa pequena e média empresa.

Sei que vai passar para o Plano Operacional de Economia, mas também sei, como todos sabem, que à semelhança do que se passou com o RIME e com outros sistemas nacionais, é diferente. Os centros de decisão estão mais longe e isto é apenas uma preocupação.

Os protocolos devem pensar em tudo isto, ou seja, que não há sistema alternativo regional. Portanto, deve-se facilitar, flexibilizar e criar mecanismos regionais a fim de facilitar a vida aos nossos empresários. Isto é apenas uma preocupação.

Eu não estou a dizer que não deve passar para lá, que não deve aproveitar os fundos que o Programa Operacional de Economia põe à disposição da Região. Eu estou a chamar a atenção para o facto de, enquanto no anterior Quadro Comunitário de Apoio os empresários podiam optar por sistemas nacionais e sistemas regionais, a partir deste momento deixam de ter essa opção, isto é, a partir do momento em que se elimina o SIRAPA que ia entre 30 a 100 mil contos.

Eliminando isto, tem que haver uma maior preocupação nos protocolos com o Ministério da Economia ou com o IATMEI naturalmente, para que a Região tenha aqui a capacidade de decisão e só vai lá se tiver que ir — se não tivesse ainda era melhor, bastava que nós geríssemos a quota, que ela fosse posta à disposição — para homologação. Se não fosse, tanto melhor, porque deixava nas suas mãos, nas mãos da Secretaria Regional da Economia, que é quem tem uma visão correcta e realista da dimensão do nosso tecido empresarial, aquilo que deve ser feito e a forma como devem ser apoiados os nossos empresários.



É apenas uma preocupação que eu tenho, sobretudo têm os empresários, e que faço questão de trazer aqui como eco das suas palavras pelo facto de aqui não poderem estar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão sobre os sectores estratégicos pode eternizar-se aqui.

Eu já disse e volto a repetir que o Programa Operacional de Economia segue uma metodologia semelhante.

Nós não tivemos num sector, num mercado em que tudo é definido pelo Governo. As forças do mercado é que vão dizer o que é que é melhor, conforme as modificações tecnológicas, situações diversas que nós não podemos prever.

Claramente apostamos no turismo e criámos um sistema de incentivos à parte.

Também apostamos no desenvolvimento integrado, por isso criámos o SIDET para projectos integrados.

A filosofia que está neste preâmbulo está aqui colocada.

Quando se fala no SIRAPA que vai de 20 mil a 100 mil — a Sra. Deputada até pela sua experiência profissional sabe muito bem disso — muitos dos projectos acima de 100 mil (150 mil, 180 mil, 200 mil) já não podiam entrar.

Hoje, haviam projectos com a necessidade absoluta de serem também privilegiados e que não havia nada para eles. A alternativa era o PEDIP e este não dava quase incentivo nenhum.

Com este sistema de prémios e com a medida 1.2, nós conseguimos fazer uma modelação efectiva de todos os investimentos, não só de 20 a 100 mil,



mas de 20 até aonde a senhora quiser. Vão buscar o incentivo lá fora, porque têm 13,2 milhões de contos para os Açores, coisa conseguida por este Governo, uma quota efectiva, para todos os investimentos nesta área. À medida que os regulamentos sofrerem alterações lá fora, nós aqui também vamos modificando os regulamentos, para que o sistema de incentivo dado aos empresários seja o melhor. Isto foi de acordo com os empresários e a Câmara de Comércio concorda com isto, tal como a Associação dos Jovens Empresários.

Este foi um assunto amplamente discutido com os empresários.

O valor que foi atribuído às quotas nas diversas medidas no Plano Operacional de Economia, foi discutido com eles, por motivo de alterações. Este é assunto de grande importância no sistema.

Agora passamos a ter projectos não só de 20 a 100 mil contos, como também passamos a ter projectos de 150 mil, 180 mil e escusam de haver pessoas que estão no fundo a aldrabar o sistema, dizendo que são autónomos dos projectos, porque não são. Todos nós sabemos que são dois projectos, são o mesmo.

Agora passam a ter 150 mil, 200 mil ou 300 mil. Vão lá fora e recebem esse sistema de incentivos.

Os regulamentos do subsistema que estamos aqui a falar, do SIRAPE, também está a ser feito e está a ser negociado com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Eles sabem mais ou menos qual é a modelação que vamos empregar.

Isto está a ser feito de acordo com as Câmaras de Comércio e de acordo com os empresários. Nós não estamos a esconder nada e se isto for aprovado nesta Assembleia, eu devo dizer que muito provavelmente no final deste



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

mês nós teremos os regulamentos cá fora, pelo menos para discussão final com as Câmaras de Comércio e com a Associação de Jovens Empresários. Vai ser uma tarefa difícil, mas os meus técnicos já estão há muito tempo a trabalhar nestes subsistemas de incentivos.

Se nós conseguirmos até ao Verão ter todos os subsistemas a funcionar, seria óptimo, pelo menos os Decretos Regulamentares seria óptimo.

É evidente que é preciso fazer notificação, queremos que a mesma ocorra e isso pode atrasar o processo.

Se tudo correr bem e tivermos o cuidado de previamente contactar os técnicos da Comissão para verificar se uma proposta prévia seria aceite, isso já foi evoluindo ao longo do tempo, como nos parece que não vão haver problemas na notificação, tudo nos indica que a meados do Verão isso estará pronto a funcionar com os diversos subsistemas.

Este é um assunto complexo, por isso vamos ver, vamos negociar, porque ainda não estamos na fase final, estamos a trabalhar para isso.

Devo dizer que é inovador, porque aqui já não só são aprovados sistemas até 100 mil contos, mas podem ir até 200, 300, 400, 1 milhão, 2 milhões ou o que for.

Vão ao sistema nacional, recebem o seu sistema de incentivo e receberão o sistema de incentivo de prémio.

Isso foi negociado com o Programa Operacional de Economia e foi negociado com a Comissão se se podia baixar para 30 mil contos e aceitaram essa medida.

A Sra. Deputada tem que confiar nisto, tem que concordar como os empresários concordaram com o processo aqui indicado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.



Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Popular, trata-se de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional fundamental e que vai servir de matriz a todos os apoios ao investimento na Região Autónoma dos Açores nas áreas aqui contempladas.

Normalmente, julgo que era bom considerarmos que estaríamos perante um diploma importante que iria ser objecto de um aprofundado trabalho da Comissão competente do Parlamento.

Seria talvez, sem desprimor para outros importantes diplomas, um dos mais importantes e estruturantes diplomas da política económica regional, que extravasa até um pouco o mandato do Governo Regional, como V. Exa. salienta e muito bem, dado o período de duração da vigência deste diploma.

Portanto, quer os parceiros sociais, os interessados, quer nós próprios, temos consciência de que a análise desta matéria seria o momento alto de trabalho técnico-parlamentar e naturalmente um momento alto de apreciação e discussão no plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Quis as circunstâncias que o Sr. Secretário Regional, em nome do Governo, desse aqui um conjunto de explicações, mas sabe bem que toda a opinião pública na nossa Região Autónoma via com ansiedade passar as semanas e o Governo não fazia entrega na Assembleia da sua iniciativa.

Os Grupos Parlamentares, aqueles que tiveram contactos com as Câmaras de Comércio, tinham como assunto principal das conversas o futuro sistema de incentivos. Digamos que a economia regional estava expectante relativamente a esta matéria, por isso é que eu disse que o destino quis que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

estivéssemos hoje, em fins de sessão, perante uma iniciativa do Governo com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Vamos ser objectivos:

Na óptica do CDS/PP, o Governo *encosta esta Assembleia à parede*. Aliás, alguma da terminologia que o Sr. Secretário aqui utilizou é um pouco esta. O coração e a boca às vezes dão uma simbiose perfeita. Só faltou dizer, "os senhores não têm outro remédio", aliás disse isso mesmo e disse também "isto é assim e depois será alterado".

Eu queria dizer aqui formalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Popular não se conforma com isso.

Certamente ninguém vai querer assumir a responsabilidade — nós também não a vamos assumir — de, perante as circunstâncias, ignorar o calendário a que estamos todos sujeitos — o Governo também foi vítima desse calendário, em parte — mas a verdade é que hoje estamos no fim desta Sessão.

A Sessão de Setembro é uma sessão de encerramento dos trabalhos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): E já é tarde!

O Orador: E já é tarde, muito bem Sr. Deputado.

Portanto, parece-nos, sinceramente — embora seja saudável e louvável a atitude que o Grupo Parlamentar do PSD anuncia que está disponível para uma sessão extraordinária, os empresários perguntaram-nos a nós, Partido Popular, se estávamos disponíveis para uma dessas situações — que temos que ser realistas nestes casos.

De qualquer das formas, Sr. Secretário, eu diria "aqui d'el rei" se a maioria absoluta que governou a Região até 1996 apresentasse argumentação a esta Câmara, como alguma que V. Exa. utilizou para justificar, por exemplo, a não definição dos sectores estratégicos num diploma como este!



Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Veja o que eles fizeram!

O Orador: Na altura, havia de ouvir das boas do Grupo Parlamentar do CDS/PP e do Grupo Parlamentar do PS que havia de estar sentado ali.

Deputado João Cunha (PSD): E há-de estar!

O Orador: Na altura, nós também engolimos muita coisa e engolimos algumas, porque não era possível a oposição corrigir as deficiências do Governo. Só que agora, por ironia do destino, é ao contrário.

Felizmente a oposição poderia fazer isso, mas os calendários e a situação se calhar estão criando-nos aqui dificuldades práticas para tal, porque reconheço que possivelmente baixando à Comissão, também não é em 4 ou 5 dias que a Comissão vai resolver este assunto, porque há aqui questões que são um bocadinho de fundo, como seja dizer muito claramente qual a matéria de definição que cabe ao legislador fazer e o que é que é matéria de regulamentação.

De facto, parece-nos que há aqui lacunas na matéria que é tipicamente de legislação e que cabe por excelência a esta Assembleia que tem tradição neste domínio. Ai de nós se prescindirmos dessas competências.

V. Exa. pede para darmos o benefício da dúvida, para acreditarmos e vermos se as regulamentações serão consentâneas com a expectativa criada.

É legítimo que pense assim. É sempre o pensar do Governo, mas julgo que tem que reconhecer que o pensar do Parlamento deve ser exactamente o contrário.

Foram postas aqui questões que têm toda a legitimidade, sob o nosso ponto de vista.



O Sr. Deputado Duarte Freitas chamou a atenção para as eventuais modelações. É por ilhas? É por sectores?

Como sabe, é tradição desta Assembleia — na óptica de alguns se calhar com excesso de regulamentação — e algumas críticas foram feitas a ela, por fazer diplomas agarrando aspectos que seriam naturalmente regulamentares.

Eu julgo que o Parlamento tem que admitir que nalguns casos se calhar foi um pouco longe demais na legislação.

Eu lembro-me que num sistema de incentivos anterior, o Governo — era outro mas estava aí sentado — queixava-se que estava um bocadinho atado, porque às vezes era preciso fazer adaptações em matérias que deviam ser regulamentares, mas tinha que as trazer a esta Casa, porque estavam consagradas no Decreto Legislativo Regional.

Hoje, estamos perante uma situação oposta. Matérias que nós devíamos definir como entidade legisladora (somos nós, esta Casa é que tem que legislar) o Governo tem que executar.

Da forma como as coisas estão neste diploma, há matérias que não ficam consagradas aqui e que deveriam ficar.

Era este tipo de posição que o Partido Popular devia assumir aqui.

Temos consciência de que o interesse regional é relevante e digo politicamente e de forma muito transparente, que nós não queremos assumir o ónus de amanhã — quando digo amanhã, digo até ao fim deste mandato — o Governo atribuir ao Parlamento responsabilidades nalguma falha, nalgum atraso, nalgum prejuízo que possa resultar para os empresários, porque esta Assembleia foi mais "papista que o Papa".

Aliás, ainda outro dia, ilustres representantes dos empresários açorianos alertavam-nos a nós, Grupo Parlamentar do Partido Popular, numa reunião



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

em Ponta Delgada e de forma legítima, dizendo para termos consciência, porque precisam urgentemente do Decreto Legislativo Regional dos Açores, portanto tínhamos que resolver isto.

Com todo o respeito, eu virei-me para um dos dirigentes da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e disse, pura e simplesmente, que é pena que esse grau de exigência, esse grau que é legítimo, essa expectativa, esse dedo no ar, os senhores não utilizem em relação ao Governo Regional.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eles sabem porque é!

O Orador: Eles sabem porque é que são menos exigentes em relação ao Governo.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eles sabem o que é que estamos a fazer!

O Orador: Pois. E os da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, também sabem rigorosamente, eles e o Juiz da Comarca.

(Risos do Secretário Regional da Economia)

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Mas eu tenho aqui a declaração do Luís Dutra!

O Orador: Mas Sr. Secretário, a questão é essa. É que a opinião pública naturalmente faz exigência aos órgãos de Governo próprio da Região.

Se eu fosse empresário e não tivesse experiência parlamentar, eu diria também os senhores que se entendam.

O Governo apresentou este documento um bocadinho fora de horas, não deu tempo da Comissão se pronunciar, porque se os senhores tivessem entregue isso 8 dias mais cedo, a Comissão Parlamentar tinha reunido, o senhor tinha ido à Comissão, tínhamos o ouvido e tínhamos trabalho.



É verdade que era em cima de brasas, mas tinha-se feito alguma coisa.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu tentei!

O Orador: O diploma entrou quando o plenário já estava em funcionamento.

É com muita boa vontade que um Parlamento, perante um Governo que não tem maioria, venha viabilizar, no fundo, uma coisa destas.

Acho que os açorianos têm que compreender isso.

O Governo tem que dar graças a Deus por ter um Parlamento consciente, se porventura sair daqui com um diploma e com as alterações que estão aqui previstas pelo Partido Social Democrata e que em nome do Grupo Parlamentar do PP quero dizer, desde já, que tem a nossa concordância, mas no fundo não é o diploma que devia sair, sobretudo com equilíbrio em matéria de competências.

Mas o Grupo Parlamentar do Partido Popular, não vai inviabilizar. O Governo Regional fica com este instrumento, embora com as condições e as observações que aqui fizemos. Acho que esta Câmara em consciência há-de reconhecer que da nossa parte é uma atitude de coerência, porque nós nesta bancada sempre actuámos dentro dessa linha.

Para nós, o facto deste Governo ser minoritário, não vai fazer com que o Grupo Parlamentar do PP não colabore numa situação que podia ser evitada. Repito: 8 dias antes, Sr. Secretário, este processo tinha tido um outro tratamento e acho que todos iríamos beneficiar com isto.

É pena que não tenha acontecido.

É esta a posição do Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quando pedi a palavra, o Sr. Deputado Alvarino ainda não tinha feito a sua intervenção. De algum modo aquilo que eu tinha para dizer ficou aqui dito e diz respeito à falta de apreciação pela Comissão.

De certa forma, queria secundar essa questão da falta de oportunidade que este Parlamento teve de apreciação do diploma em Comissão.

Se isso tivesse acontecido, muitas das coisas que agora estamos aqui a discutir, estavam esclarecidas. Não tem mal nenhum. Nós podemos ficar aqui até amanhã de manhã a discutir este diploma. O problema é que se está a fazer aqui um trabalho — é preciso que se perceba — neste plenário, que já podia estar feito em Comissão, por muito desagradável que seja para os Srs. Deputados do Partido Socialista, por muito desagradável que seja para o Governo, a verdade é que nós temos que fazer este trabalho, porque ele não foi feito na Comissão.

Também gostaria de referir que habitualmente decretos legislativos que como este remetem quase todos os artigos para regulamentos, é habitual o Governo apresentar os regulamentos quando se aprova um Decreto Legislativo Regional.

Não faltam deputados nesta Casa que podem testemunhar isso, porque acontecia sistematicamente e é a forma de se perceber, porque as coisas estão tão ligadas que é fundamental ter-se conhecimento dos regulamentos para se perceber muitas das coisas ou pelo menos as intenções que estão no Decreto Legislativo Regional.

Sempre nos exigiram os Decretos Regulamentares, quando os Decretos Legislativos Regionais eram vagos como é o caso.

Este Decreto Legislativo, esta proposta que aqui está, é praticamente uma autorização legislativa.

Portanto, seria de toda a utilidade que tivéssemos os regulamentos.



Como isso não aconteceu e não pode acontecer, porque o Governo não pode entregar os regulamentos em plenário e também já se percebeu que não estão feitos, como disse o Sr. Secretário há pouco, vamos passar à discussão na especialidade e ponto por ponto vamos continuar a esclarecer, artigo por artigo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer mais uma vez esta questão do porquê da apresentação deste documento neste momento.

Como vos disse, só a partir do início de Maio é que podíamos trabalhar nesse sistema com alguma segurança.

Reparem: os regulamentos da medida 1.1 do Programa Operacional da Economia, foram publicados há coisa de uma semana e nada têm a ver com este, mas servem de base para vermos isso.

No entanto, os regulamentos da medida 1.2, embora tenhamos conhecimento deles, ainda não foram publicados. Isto tem influência directa nos decretos regulamentares subsequentes a estes.

Se nós temos um sistema de prémios, a modelação do prémio vai ter em atenção aquilo que realmente for dado a nível nacional, isto na medida 1.2. Não estamos a falar de pouco dinheiro, estamos a falar de 13,2 milhões de contos, ou seja, 2 milhões de contos de investimento, de incentivo, por ano, que os nossos empresários podem ir buscar ao sistema de incentivos nacional, isto é, fundos estruturais nacionais, portanto europeus, mas que são adstritos ao todo nacional e ao PIDAC. Isto é extremamente importante para nós.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não pudemos trabalhar mais cedo, por isso talvez a estratégia do Governo Regional anterior, aquando do II Quadro Comunitário de Apoio, foi publicar passado um ano. Já estava tudo pronto, tudo certo, os regulamentos estavam claros e podia fazer tudo isso com muita limpeza.

Os empresários ficaram sem o sistema de incentivos, mas não podemos fazer uma coisa nem outra, ou seja, ou somos suficientemente rápidos e o tempo de intervalo em que os empresários não têm sistemas de incentivos a funcionar é pequeno, ou somos lentos e vamos fazer as coisas com mais tempo.

É evidente que em todo este processo tivemos um pouco de azar, porque se tivesse sido um mês mais cedo — eu gostaria imenso que isto tivesse passado pela Comissão — a discussão aqui era mais frutífera, porque as pessoas tinham-se debruçado sobre isso a sério.

O facto é que no mês de Julho estão em férias e eu recebi o último parecer da Associação de Jovens Empresários no dia 5 de Junho. Eu tive reunião com eles no dia 5 e recebi o parecer nesse mesmo dia.

No dia 6, convoquei o Conselho de Governo para resolver este assunto.

Eu não podia entregar nem um dia mais cedo. Eu gostaria imenso. Não foi de propósito que eu entreguei isto no dia do plenário, foi porque foi o último dia em que eu pude fazê-lo. Outro tanto, seria adiar para Setembro, mas julgo que seria inconveniente para todos.

Se eu pudesse tê-lo feito mais cedo, faria.

Quanto aos sectores estratégicos, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro — serve para si, serve para todos os que intervêm nesta discussão — basta ler os decretos legislativos anteriores que foram feitos com muito mais tempo e ver onde estão definidos os sectores estratégicos nesses decretos. É uma boa leitura e eu aconselho a todos. Basta ler, já estão definidos os sectores



estratégicos e vão ver a definição destes sectores que eles têm lá. Isso é o suficiente.

O Decreto Legislativo tem que ser suficientemente amplo e abrangente.

É evidente que por detrás disto já está uma filosofia, isto é, o turismo que tem um sistema de incentivos à parte.

De facto há projectos integrados, mas é evidente que estes vão variando com o tempo.

O Conselho Regional de Incentivos vai mostrar qual o grau de sucesso de cada sistema de incentivos, qual o grau de sucesso dos próprios investimentos feitos e isso vai trazer *aportes* para que o sistema funcione melhor. Não se pode ter sistemas estáticos.

Digo mais uma vez: nós estamos no Mundo Ocidental, numa sociedade de mercado.

Portanto, as forças vão demonstrando com o tempo e com as modificações tecnológicas, o que é que é mais rentável fazer, o que é que é mais importante apostar.

Nós não podemos definir *a priori*, por 7 anos, quais os sectores estratégicos.

Sabemos o que queremos. Está aqui definida implicitamente a sua filosofia. É essa a nossa filosofia e foi essa também a filosofia que os empresários, através das suas associações, demonstraram querer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das inúmeras razões porque seria importante talvez discutirmos este diploma na Comissão, seria desde logo esta. Se o Governo não tinha



intenção de definir quais eram os sectores estratégicos, desde o início não colocava esta terminologia no preâmbulo.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Mas ela não está correcta!

O Orador: Se isto tivesse sido visto em Comissão, se calhar teria sido retirado.

O Sr. Secretário em vez de reconhecer que talvez, até com estes argumentos, pudesse ser retirado, tem vindo a insistir no sentido contrário.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Nós não concordamos com isto!

O Orador: Se calhar, mesmo admitindo por hipótese académica que o senhor teria razões na não definição dos sectores prioritários, dos sectores estratégicos, não começava o preâmbulo dizendo *privilegiando as acções integradas nos sectores considerados estratégicos*, quando não sabe quais são os sectores considerados estratégicos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu não disse que não sabia!

O Orador: Além do mais, no preâmbulo do outro diploma que o Sr. Secretário estava a falar, eu não encontrei nenhuma referência neste sentido. Ele não tinha uma amplitude tão grande como este tem.

Gostaria também de solicitar ao Secretário — penso que estamos a terminar esta apreciação na generalidade e julgo que isto é importante — que não se esqueça de nos explicar qual a sua visão sobre as modelações, não eventualmente em termos de sectores porque já percebemos que talvez ainda não tenha possibilidade de fazer este documento, mas em termos geográficos?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que pensa das modelações em termos geográficos? Está a pensar? Não está? O que é que está a pensar nesses termos?

Julgo que isto é muito importante, porque vivemos numa Região com 9 ilhas, com concelhos dentro de cada uma delas muito diferenciados em termos de tecido económico, de desenvolvimento, de bioportunidades e de ameaças a esse mesmo tecido.

Portanto, julgo que é importante o Sr. Secretário explicar a esta Assembleia, neste momento, quais são as ideias do Governo a este nível.

Para terminar, gostaria de fazer uma nota de rodapé, na sequência daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação às Câmaras de Comércio.

Eu não me admiro das Câmaras de Comércio não terem protestado de se diminuir a base regional dos incentivos, no âmbito deste diploma, relativamente ao que vem detrás, nomeadamente no que diz respeito aos SIRAPAs.

Talvez foi o próprio Sr. Secretário que disse aqui há alguns meses que tinha atrasado as verbas para os SIRALAs propositadamente, para que as pessoas fossem para os incentivos nacionais.

Ora, se o Sr. Secretário diz isto, se as Câmaras de Comércio sabem isto, já sabem que não vale a pena estarem a fazer fincapé nesta matéria, uma vez que o Sr. Secretário já revelou que a sua postura era empurrar para os programas nacionais.

Eles já estão a sofrer na carne esta situação.

O Sr. Secretário disse dessa bancada, que tinha sido propositada esta medida, algo que eu acho completamente anormal na definição da actuação de um governo nestas matérias.



Portanto, os empresários estavam obviamente condicionados, se calhar não só por aquilo que o Deputado Alvarino Pinheiro referiu e que eu não tenho conhecimento de causa, mas também porque já sabiam que lhes poderia acontecer o que já lhes tinha acontecido, até porque o Sr. Secretário com algum, julgo eu, desprante, perdoe-me, disse que tinha sido propositado. É claro que face a isto, os empresários não podem acreditar que podiam fazer fincapé a outro nível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão preliminar está a alongar-se, mas de qualquer maneira devo dizer que no sistema de incentivos nacionais no II Quadro Comunitário de Apoio, não havia quotas para os Açores. De facto, nós tínhamos, de certo modo, que estimular os nossos empresários a concorrer aos sistemas de incentivos nacionais.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E no RIME e no SAJE, como é que foi?!

O Orador: Foi por isso que nós, através de um protocolo que efectuámos com as Câmaras de Comércio e com os Jovens Empresários, fizemos publicidade, uma campanha forte do PROCOM e do SAJE, com o risco de alguns desses sistemas de incentivos não terem sido apanhados a tempo.

Mesmo assim, no caso do RIME, nós fomos buscar um milhão e meio de contos de investimento a nível nacional.

No caso do PROCOM, fomos buscar 5 milhões de contos de investimento a nível nacional.

O que nós temos que fazer, uma vez que estamos a viver numa Região em que os recursos são sempre escassos, é procurarmos todos os meios, todos



os recursos que existem na Região e que nos foram atribuídos através do PRODESA, mais aqueles que não estão na Região, estão lá fora, e que nós contratualizámos com as pessoas, porque são sistemas de incentivos claros e objectivos.

A Madeira que é um exemplo claro destes, o que é que fez?

Acabou com os sistemas de incentivos regionais e pôs todos os empresários a concorrer aos sistemas de incentivos nacionais.

O que nós mantivemos foi o nosso sistema de incentivos regionais a funcionar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Criado por nós!

O Orador: Há credibilidade no sistema!

É evidente que estimulamos com todas as nossas forças, para que as pessoas fossem concorrer a nível nacional, porque os nossos recursos são escassos, nunca são suficientes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Atrasaram as verbas propositadamente!

O Orador: O dinheiro que nós temos tem que ser bem gasto.

Se pudermos procurar outras fontes de financiamento no exterior, todas elas são bem-vindas.

Por isso, nós não estamos a retirar no sistema o SIRAPA, nós estamos é a ampliá-lo, porque contratualizamos com o Governo da República, 13,2 milhões de contos na medida 1.2 que são 2 milhões de contos de incentivos por ano!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oxalá que isso não seja como as quotas leiteiras!

O Orador: Dois milhões de contos é bem mais que o sistema de incentivos que actualmente temos para o comércio, indústria e energia.



Repare bem: a nível nacional vamos ter mais para a medida que existe no plano — Programa 11 — que tem à volta de 1,3, 1,4, 1,5 milhões de contos. São 2 milhões de contos por ano a nível nacional.

De facto, temos que procurar este recurso, procurar sinergias com o sistema de incentivos nacional.

Os senhores não conseguiram isso no passado, porque alguns dos sistemas não foram utilizados cá.

Nós aproveitámos algumas das vossas experiências...

Deputada Sandra Bessa (PSD): Quase todas!

O Orador: ... nomeadamente, o SIRAPE, que era um sistema de prémios, tentámos pô-lo a funcionar cá e já está a funcionar. Agora vamos baixar o SIRAPE, no fundo transformá-lo no SIDEPE, num sistema de incentivos que vá dos 30 mil para cima. Eu acho isto extremamente importante e o seu sucesso é o sucesso do nosso sistema de incentivos.

Eu posso ir buscar 27,4 milhões de contos, no sistema de incentivos nacionais, que é mais do que nós temos no próprio PRODESA.

Isso é que vai fazer o sucesso da actividade empresarial dos próximos 7 anos.

É essa a interacção positiva do sistema de incentivos nacional e do sistema de incentivos regional.

Quanto mais os nossos empresários se habituarem a concorrer nos sistemas de incentivos nacionais melhor.

Nós não queremos criar na Região Autónoma dos Açores um oásis.

Nós sabemos que temos constrangimentos regionais que estão a ser esbatidos, mas precisamos que cada vez mais os nossos empresários possam competir a nível nacional e possam ir buscar reservas a esse nível que nos fazem falta. Isso é extremamente importante.



Quanto ao resto, julgo que já foi dito e redito várias vezes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Remodelação geográfica!

O Orador: Elas vão ser contempladas com as conversações que vamos ter com as Câmaras de Comércio e com as Associações Empresariais e vamos verificar se existem para as áreas, tal e qual como diz aqui no documento: *consoante a sua localização, são definidas e apoiados os diversos sistemas de incentivos*. Agora, de um momento para outro, não posso explicar se é na área do comércio, da indústria, do turismo ou em determinada ilha.

Este assunto terá que ser discutido com a Câmara de Comércio, com o Conselho Regional de Incentivos, com a Associação de Jovens Empresários, com todos, para verificar se essa modelação está correcta ou não.

É um assunto que vai ser trabalhoso.

Nós temos ideias que já estão a ser discutidas, mas precisamos de conhecer em profundidade os regulamentos a nível nacional na medida 1.2. Portanto, não lhe vou dizer se vou dar 50 mil contos ou 60 mil contos em determinadas áreas. Serão possivelmente utilizadas modelações geográficas, mas não lhe vou dizer em áreas ou em que aspectos.

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate na generalidade, vou submeter o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão para os artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Como já foi aqui referido pela Sra. Deputada Berta Cabral, uma vez que este diploma não foi visto em Comissão, propúnhamos que a metodologia a seguir na votação na especialidade, fosse artigo a artigo.

Presidente: Sendo assim, está à discussão o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 3º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Esse artigo 3º, conforme já foi aqui referido, embora o preâmbulo do diploma diga que isso privilegia as acções integradas no sector estratégico, é uma amálgama que prevê como susceptíveis de apoio no âmbito do diploma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Há questões aqui que são quase caricatas e que merecem da nossa parte alguma perplexidade e algum motivo de esclarecimento por parte do Sr. Secretário.

Há aqui uma série de divisões e eu começava por referir a divisão 61 ou mesmo a divisão 60.

Por que razão, Sr. Secretário, em relação a algumas divisões não há excepções, incluem a divisão no seu tempo e noutras há subclasses?

Por exemplo na divisão 60, por que razão é que os transportes de passageiros e veículos ligeiros estão previstos e os outros transportes terrestres de passageiros não estão previstos, como era susceptível estar no âmbito deste diploma?

Por outro lado, se formos ver a divisão 71, por que razão é que o aluguer de veículos automóveis está previsto e o aluguer de outros meios de transporte, nomeadamente bicicletas, motorizadas ou barcos, não está previsto como sendo objecto no âmbito deste diploma?

Mais à frente, na divisão 92, que se refere a actividades recreativas, culturais e desportivas — esta é mais sintomática — por exemplo, a produção de filmes e de vídeos está prevista no âmbito do diploma. No entanto, a distribuição de filmes já não está prevista.

A produção de filmes está prevista no âmbito do diploma, as actividades de rádio não estão previstas. Por que razão houve essa preocupação, Sr. Secretário?

Se era tão abrangente como o Sr. Secretário aqui referiu, há situações que até estão dentro da mesma categoria, e houve a preocupação do Governo em incluir umas no âmbito do diploma e excluir abertamente outras.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por que razão, por exemplo, é que a produção de filmes faz parte do diploma e as actividades de teatro e música que tinha mais lógica fazer parte, são excluídas do âmbito do diploma?

Outra situação mais caricata, vem referida na divisão 93.

Por exemplo, os ginásios estão incluídos no âmbito do diploma. Os salões de cabeleireira não estão incluídos.

Houve a preocupação de retirar aqui apenas os salões de cabeleireira. Qual a razão?

Não há aqui um critério relativamente ao outro diploma. Houve o cuidado de excluir subclasses — não sabemos qual a razão porque são excluídas — quer rent-car, quer outras categorias.

Há alguma razão específica para que houvesse a preocupação de nessas diversas divisões excluir algumas subdivisões como aquelas que aqui referi?

Por que razão é que, por exemplo, a produção de filmes está incluída e a actividade de teatro não está?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as actividades aqui colocadas foram longamente negociadas pelas Câmaras de Comércio e elas fazem as críticas. Todas aquelas que eles não concordam estão aqui bem explicitadas, pela Associação de Jovens Empresários.

Nós tivemos o cuidado deste sistema de incentivos não ser sobreposto a outro sistema qualquer que desse subsídios, seja na cultura ou nos transportes de passageiros, que já têm sistemas de incentivos apropriados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Houve aqui o cuidado de separar aquilo que já é auxiliado pela cultura, aquilo que é auxiliado no âmbito dos transportes de passageiros e aquilo que fora disso deveria ser auxiliado.

Depois, houve longas conversações com a Câmara de Comércio, sobre actividades que são importantes. Algumas foram, outras não foram.

Portanto, apesar de ser abrangente, foi feita alguma selecção. Nós retirámos as farmácias, por exemplo, que existiam a nível nacional.

Portanto, foram retiradas algumas actividades que existiam no Programa Operacional de Economia e onde chegámos a acordo que não necessitariam de ser apoiadas.

Houve aqui um critério de diálogo com os empresários, um critério de saber quais as actividades que não eram apoiadas em nenhum outro sistema de incentivos a nível regional e que não era normalmente tradição ser apoiado por este sistema de incentivos, ficando aqui aquilo que nós consideramos importante para as actividades económicas. Basicamente é isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naquilo que diz respeito às farmácias, eu aceito a justificação do Sr. Secretário Regional. Em relação às outras, não me parece, porque no que diz respeito aos teatros, podem dizer que há apoio na cultura, mas em relação por exemplo à produção de filmes, se calhar também há e eles estão incluídos aqui, mas a sua distribuição já não está.

Repare: há aqui incongruências que até parecem distrações!

Na divisão 93, fazem a classe 9301 e 9304 e deixam expressamente a 9303 que são cabeleireiros. Estão apoiados por outro?



Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São apoiados pelo PROCOM!

Deputado José Maria Bairos (PSD): São apoiados pelo PROCOM nas zonas onde ele existe!

A Oradora: Que eu saiba não estão.

Depois, aceita a manutenção física, que são os ginásios.

Eu não tenho nada a favor nem contra uns ou outros. Não vejo é a razão de ser.

Se me dissesse como está aqui no FEOGA *exclui-se todos os que são apoiados pelo FEOGA*, podia criar um artigo dizendo que exclui-se todos os são apoiados por outros sistemas já existentes, mas não faz isso. Faz pontualmente e como tal, pode correr o risco de deixar uma ou outra de fora como parece que é o que está aqui a acontecer em algumas situações.

Vai-me dizer, por exemplo que o aluguer de bicicletas, de motorizadas, de barcos está abrangido por outro sistema?

A justificação tem que ser plausível e tem que ser para todos.

Retirou expressamente no apoio ao aluguer, que é a classe 71 — o aluguer de veículos automóveis que está incluído — o aluguer de outros meios de transporte terrestre ou transporte marítimo, que não está. Até mesmo o transporte aéreo não está e isso não é porque esteja incluído noutra sistema de incentivos.

São estas questões que carecem de explicação porque podem ser também — não podemos excluir — erros ou lapsos na formulação deste diploma, porque sei que esta não foi a primeira, nem a única versão. Houve várias versões e pode acontecer isso.

A única preocupação é esclarecer, tal como disse anteriormente, porque não tivemos oportunidade de o fazer em Comissão.



É bom que se veja se alguma coisa falta não foi por vontade, mas por lapso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a isso, nós tivemos o cuidado de verificar o que existia no Programa Operacional de Economia.

Por exemplo, na medida 2.4 está lá o PROCOM e tem um sistema de incentivos que nunca mais pode sofrer qualquer prémio, porque a percentagem vai ser mantida, que são 66,6% de incentivo a fundo perdido.

Os salões de cabeleireira estão lá representados e não há hipótese nenhuma de eles virem para aqui. Para que é que vamos gastar dinheiro nesta área, se eles podem ir para o PROCOM?

A intenção foi essa.

Quanto ao aluguer de algumas actividades que estão aqui colocadas, é preciso ter em atenção que existem actividades que pelo seu carácter, a única coisa que nos vão apresentar como projectos, é a compra de bicicletas ou a compra de motos para alugar. Isso nós não vamos fazer.

Mesmo quando há transporte aqui, nós nos regulamentos vamos ser extremamente restritivos em termos de compra de equipamentos móveis, de automóveis, carros ou camiões, porque achamos que isso não é nenhuma inovação.

Por exemplo, um transitário que está aqui colocado nos regulamentos, não vai renovar a sua frota à custa dos sistemas de incentivos. Não faz sentido. Poderiam apresentar no sistema de incentivos a renovação da sua frota e isso foi cuidadosamente feito e estudado, de forma a que nos regulamentos isso possa ser retirado.



Existem actividades que poderiam estar aqui, só que houve uma selecção cuidadosa com a Câmara de Comércio, com os técnicos da minha Secretaria e com os Jovens Empresários, de forma a retirar as actividades que não têm nenhuma inovação no processo. Ou seja, no fundo, elas vão apresentar projectos que têm apenas como finalidade a compra de equipamentos para renovar o existente. Isso foi retirado propositadamente. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ou nós não nos estamos a entender, ou então o que diz está no seu pleno direito de dizer, ou seja, de que o Governo não quer apoiar esses sectores. Nós aceitamos.

Porém, quero fazer-lhe ver que está a incluir aqui o aluguer de veículos automóveis e não está a incluir o aluguer de outros meios de transporte, designadamente terrestres, aéreos ou marítimos. Não está.

Agora, vem dizer-me que não está porque isso não é inovação.

Que eu saiba, o aluguer de veículos automóveis também não é inovação e, no entanto, está incluído.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas tem um sistema informático por detrás. São as rent-car!

A Oradora: Depois vem dizer-me que não é para os transitários renovarem a sua frota. Nós não estamos a falar de transitários, mas de empresas de aluguer de veículos automóveis ou de outros meios de transporte.

Se me diz que o Governo não quer, muito bem. Veículos sem ser automóveis, o Governo não apoia não por esquecimento, mas porque não quer.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Pronto é isso!

A Oradora: Eu fico esclarecida, o que eu não quero é que fique a dúvida que isto pode ser um lapso. Assuma claramente que não quer e não arranje desculpas que não é inovação, porque o aluguer de automóveis já existe há dezenas de anos, se calhar há centenas.

Não é um problema de inovação, nem é um problema de transitários. É um problema de opção.

O Governo optou por apoiar os automóveis e não apoiar barcos, motociclos, helicópteros ou outra coisa qualquer de aluguer. É uma opção, mas que fique claro para sabermos o que é que vamos votar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na primeira intervenção já dissemos, mas volto a repetir: isto é uma matéria que todos nós temos consciência que os empresários têm pressionado no sentido de isto ser aprovado, porque eles necessitam disto.

Nós, da nossa parte, entendemos que o Governo fez as suas opções. Aqui, vamos ter que, no fundo, aceitar essas opções, porque a sociedade exige a aprovação deste diploma. Esta é a realidade que aqui temos.

Agora, que o Sr. Secretário queira convencer que isto está tudo justo, que isto está tudo devidamente organizado, isso aí já é mais complicado. Aliás, o assunto que há pouco surgiu, é um dos mais flagrantes dentre deste contexto, porque o Sr. Secretário dá apoio em termos de rent-car.

Acontece, por exemplo, que nas Bermudas é proibida a existência de rent-car.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Qualquer um de nós quando lá chegar é que tem que alugar uma motocicleta. Há lá empresas com dezenas, centenas de motocicletas para alugar.

Pelo facto de serem uma ilha, de preservarem o ambiente, quererem menos poluição e acidentes, o próprio Governo não permite as rent-car.

Pergunto: que lógica é que tem, por exemplo, aqui nos Açores, dentro deste contexto, não poder existir empresas de motocicletas para aluguer, como por exemplo já se vê na cidade do Funchal, na Região Autónoma da Madeira? Por que razão?

Não será isso inovação?

Isso não poderá ocupar alguns trabalhadores?

Não poderá isso ser um motivo de desenvolvimento dentro desta Região?

Isto são das tais coisas que como lhe disse, Sr. Secretário, eu vou votar favoravelmente. Eu entendo que os nossos empresários aí fora estão a exigir que os deputados que aqui estão, permitam que o Governo ponha isto em prática. É preciso falar com clareza e neste momento considero que estou a falar como tal.

Que o Sr. Secretário queira convencer que isto tem que ser assim, que só pode ser assim e só deve ser assim, aí nós vamos votar favoravelmente, mas não aceitamos que assim seja.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria convencer das razões porque estão aqui colocados.

Quando estou a dizer que se apoia aqui as rent-car, nós não vamos apoiar veículos automóveis. Vamos apoiar computadores ou outra coisa qualquer de inovação dentro da empresa, mas não veículos automóveis. Também



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

não vamos apoiar a compra de bicicletas. Nós achamos que não se devia, tal como a Câmara de Comércio e os técnicos também acharam.

Não é que não tenhamos o sentido ecológico da questão. Eu gostaria imenso que houvesse muitas empresas a alugar bicicletas e motoretas nos Açores e acho que elas têm o seu lugar, só que este sistema de incentivos não é para apoiar esse material, mas sim para a aquisição de material informático e isso será restringido nos regulamentos.

Quando se fala aqui nas rent-car, é porque como já são empresas de grande dimensão, elas precisam também de renovar os seus sistemas informáticos.

Nós estamos a falar de investimentos muito pequenos.

Quando estamos a falar de motoretas e de bicicletas, estamos a falar de processos quase familiares, de pequena dimensão, que não precisam de suporte informático. Basicamente é isto.

Não foi com o sentido de dizer que se ia apoiar os carros. Nós não vamos. Nenhum sistema de incentivos aqui vai privilegiar a compra de automóveis.

Aliás, é bem restritivo como no decorrer dos documentos vão verificar, que só se podem considerar elegíveis, despesas em viaturas imprescindíveis. Neste caso concreto, nós vamos fazer no regulamento com que não seja possível, senão é uma renovação da frota e não tem nada de inovatório.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção do Sr. Secretário Regional, eu começo a ficar mesmo preocupada, mas muito preocupada, porque nós estamos a aprovar aqui um diploma que não tem os regulamentos e o que o Sr. Secretário está



aqui a dizer é que os regulamentos vão frisar que isto é só para apoio a material informático.

Na prática, é isso que o senhor está a dizer, ou seja, para nós aprovarmos aqui os sistemas de incentivos que vão abranger toda esta gente, ficam de fora uns que não interessam, mas não vão apoiar o que eles quiserem, apoiam apenas o material informático. Com certeza que é isso que vai vir no regulamento.

Então a boa fé que trazia aqui para discutirmos o diploma, porque os regulamentos seriam alguma coisa de interesse para os nossos empresários, eu começo a pô-la em dúvida, porque os senhores desde que descobriram a *arroba*, só querem material informático e provavelmente o Decreto Regulamentar vai ser só para isso.

Então porque é que estamos a fazer uma coisa tão abrangente?

Eu espero, sinceramente, que o senhor se levante e me diga que não vai ser assim!

A última intervenção que fez, preocupa-me seriamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Srs. Deputados, nós tínhamos acordado em conferência que os trabalhos poderiam prolongar-se um pouco mais, desde que fosse possível em tempo útil resolver este problema.

Eu começo a verificar que há aqui muitos problemas levantados pela oposição, e muito bem, porque estão no seu direito, e prevejo que isto tenha outro prolongamento. Nós temos algumas necessidades, como comer qualquer coisa e voltar para aqui com outra disposição.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sugeria que fizéssemos um intervalo para jantarmos e voltássemos de novo aqui para debatermos este diploma como deve ser, porque ele realmente tem que se bem debatido para não suscitar dúvidas.

O Grupo Parlamentar do PS está interessado que ele seja bem debatido, mas penso que não estão criadas as condições para fazer isso neste momento.

Eu propunha que fizéssemos um intervalo e voltássemos.

Presidente: Eu agradecia aos líderes parlamentares que se aproximassem da Mesa, para podermos conversar sobre esta sugestão.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos e recomeçá-los-emos às 23 horas e 30 minutos.

(Eram 21 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 23 horas e 50 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Talvez fosse bom passar uma por uma, todas as CAE's que aqui estão designadas para tirar qualquer dúvida que exista neste processo.



Devo dizer que tive a oportunidade de voltar a confirmá-las e nenhuma delas está aqui por acaso, foram feitas, estudadas, consertadas e resultaram de um consenso muito alargado com os empresários, com a Câmara de Comércio e com a Associação dos Jovens Empresários.

As discrepâncias que existem estão bem mencionadas nos seus pareceres.

Nas divisões 10 a 37, julgo que não há qualquer problema.

Na divisão 45 (construção), julgo que também está correcto e que não existe qualquer dúvida sobre isso.

Nas divisões 50 a 52 (comércio), à excepção da subclasse 52310 que são farmácias, julgou-se que não deveriam ser apoiadas.

Na divisão 55 (alojamento e restauração), à excepção da classe 5551, que são cantinas, julgou-se que as mesmas não deveriam ser apoiadas.

Na divisão 60 (transportes terrestres, transportes por oleoductos), subclasse 60220, que é transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros. É isso que se pretende apoiar, no fundo as rent-car.

Na subclasse 60240, transitários rodoviários, estão aqui bem definidos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há bocadinho o Sr. Secretário disse que não estava!

O Orador: Sr. Deputado, eu disse que estavam os transitários e que nos regulamentos, tal como aconteceu nos Decretos Regulamentares do SITRAA, do SIRAPA, do SIRALA e dos outros, foram todos definidos e as suas modelações foram feitas nos Decretos Regulamentares.

Se reparar bem, o SIRAA foi aprovado, no Decreto Legislativo de 20 de Fevereiro de 1995, enquanto que o Decreto Regulamentar foi de Julho de 95. Portanto, uma série de meses depois.

Na divisão 61 (transportes por água), grupo 611 (transportes marítimos), julgo que está claro.



Na divisão 62 julgo que também não há qualquer dúvida.

Havia na divisão 92 (actividades recreativas, culturais e desportivas).

Deputado Jorge Valadão (PSD): Havia na 60230!

O Orador: Eu já expliquei que os transportes terrestres regulares de passageiros têm apoios noutros sistemas de incentivos e eu já disse isto anteriormente, por isso não estão aqui colocados.

Isso foi feito com toda a minúcia, foi visto CAE por CAE com os técnicos da Secretaria Regional da Economia que estão extremamente treinados, uma vez que trabalham há muitos anos em sistemas de incentivos, pelos técnicos da Câmara de Comércio que também já trabalham nesta área há muitos anos e têm boa experiência, pelos técnicos da Direcção Regional do Turismo e pela Associação dos Jovens Empresários.

Portanto, foi visto um por um e se algumas coisas não existem aqui, os senhores poderão colocar, mas isto foi o resultado consensual das posições tomadas e não estão aqui por acaso.

Devo dizer que é normal que num Decreto Legislativo Regional não esteja colocada a intensidade. Basta olhar o que aconteceu com o SIRAA, que no mês de Fevereiro foi publicado um Decreto Legislativo e em Julho foi publicado o Decreto Regulamentar, ou seja, nas férias. Portanto, não houve aqui nenhuma consulta à Assembleia.

Aí é que está de facto a intensidade dos diversos sistemas de incentivos, para as diversas actividades. Aqui terá que ser feito da mesma maneira.

Continuando, na divisão 92, onde havia algumas dúvidas, parece-me que está tudo certo, mas errar é humano.

Quando se diz classe 9211, produção de filmes e de vídeos e não se colocam outras classes, foi porque propositadamente se achou que não se devia pôr na distribuição de filmes e de vídeos, a projecção de filmes e de



vídeos, a actividade de rádio e de televisão e outras actividades. Portanto, não foram colocadas propositadamente as outras actividades.

Na classe 9232, gestão de salas e espectáculos e actividades conexas, foi colocada propositadamente.

Na 9233, parques de diversão, outras actividades de espectáculos, também foi colocada aqui.

A gestão de instalações desportivas também foi considerada, tal como outras actividades desportivas e recreativas.

O que está aqui foi feito com o máximo de cuidado.

É evidente que poderá haver algum erro e se os senhores quiserem introduzir as modificações aqui podem introduzi-las já, mas é sempre possível introduzir mais uma CAE ou outra.

Foi feito um trabalho sério sobre este assunto e não foi feito num dia, foi durante semanas com a Câmara de Comércio, com os seus técnicos, com os técnicos do Gabinete de Sistema de Incentivos que viram isso minuciosamente.

Errar é próprio do homem, por isso é possível que haja aqui alguma CAE que esteja mal colocada.

Eu voltei a consultar os meus técnicos e eles não acharam isso.

Com certeza que é aquilo que diz a Câmara de Comércio que tem algumas actividades que poderiam deixar de estar aqui e que estão incluídas na área dos serviços. Nós achamos que deviam estar, mas a Câmara de Comércio tem uma posição diferente. É isso que ela expressa no seu parecer e é apenas isso que nos diverge neste processo.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, façam o favor de permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 4º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 5º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente aos promotores, há aqui uma questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

Diz-se aqui que *"a regulamentação específica de cada subsistema definirá o respectivo universo de beneficiários"*.

Esta é mais uma área que nos parecia importante ficar no Decreto Legislativo Regional, mas o regulamento é que vai definir quem são os beneficiários de cada subsistema. Acho que isto é uma matéria fundamental para ficar neste diploma, é mais uma delegação das nossas competências para o Governo regulamentar quem são os beneficiários de cada um desses subsistemas, mas a par disso há uma questão que devia ficar no Decreto Legislativo Regional e não no regulamento.

Depois diz que *"poderá incluir empresas ou associações de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica"*.

Esse *poderá* é deixado ao poder do Governo de incluir no regulamento ou excluir?

O que quer dizer com *poderá incluir empresas*?

O regulamento que irá fixar quais são os beneficiários de cada subsistema poderá, por si só, no subsistema incluir empresas? Não há a obrigação, nesses regulamentos, de se prever as empresas ou é apenas uma faculdade deixada ao Governo de, no regulamento, incluir empresas ou associações?

Era esta a questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como já reparou, nos pareceres que estão anexos, não houve unanimidade neste artigo 6º.



A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores pretendia apenas as empresas privadas com fins lucrativos e gostaria de retirar associações de qualquer natureza.

A Associação de Jovens Empresários não pensa assim.

Aqui não há nenhum juiz nem há nenhuma influência obscura, mas a realidade é esta.

Eu acho — e essa mesma filosofia foi defendida para o SITRAA — que em determinadas áreas, nós temos toda a conveniência em ter um universo mais abrangente.

Reparem bem o que é que acontece no Programa Operacional de Economia.

"Beneficiários.

Podem ser beneficiários dos apoios previstos no presente diploma, entre outros:

- empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;*
- associações e confederações empresariais, sindicais e profissionais;*
- administração pública, central, regional e local;*
- fundações;*
- organizações privadas sem fins lucrativos e;*
- escolas tecnológicas.*

A regulamentação específica de cada um dos apoios deve conter a explicitação dos respectivos beneficiários."

É evidente que no caso, por exemplo, da promoção, nós temos todo o interesse — pelo menos é essa a filosofia que eu defendo e é essa a filosofia que o Governo Regional defende — que empresas como a SATA, a TAP, que fazem escala nos Açores e que querem fazer a promoção de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

determinados destinos, sejam bem vindas. Só vêm melhorar e beneficiar a imagem dos Açores no exterior.

Quanto mais pessoas fizerem a promoção, mesmo que sejam empresas públicas, clubes navais, clubes de golfe ou outras associações, como os Amigos dos Açores ou a Associação Terramar, que queiram fazer um site na Internet ou a promoção dos Açores, são bem vindas, porque cada vez mais penso que os Açores é uma Região de diversos segmentos de mercado, não é um destino de sol e de praia que o Governo possa fazer a sua promoção e que a promoção institucional seja única. Aqui, deve prevalecer uma variedade.

Há outras áreas que devem ser só salvaguardas para as empresas e aqui está a distinção.

Como isto é um Decreto Legislativo abrangente para todos os sistemas de incentivos, tínhamos que colocar todas as associações, todas as empresas exactamente como está aqui definido.

Com certeza que os senhores têm o direito e o dever de poder interpretar, julgar e colocar aqui as dúvidas que entenderem.

De facto, a Câmara de Comércio não pensa assim e devo dizê-lo de uma forma clara. A Associação dos Jovens Empresário pensa assim.

Nós pensamos que esta é a forma mais aberta e mais abrangente e é na regulamentação para cada área específica que se deve colocar qual o universo dos beneficiários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu talvez não percebi bem a pergunta do Sr. Deputado Jorge Valadão.



Este artigo 6º não levanta qualquer problema. Tem é que ser lido todo: "*poderá incluir empresas ou associações de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica*".

No que se refere às empresas, poderão ser públicas ou privadas, poderão ser por quotas, sociedades anónimas, etc..

No que se refere às associações, poderão ser com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não percebeu a pergunta, não foi?

O Orador: Se calhar não percebi.

Portanto, poderá incluir empresas ou associações desta natureza. Não estou a ver qual é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, já que o Sr. Deputado Fernando Menezes se levantou, eu chamo a atenção para uma questão de redacção (não é bem de redacção), ou seja, diz que as empresas são de natureza pública e privada e podem assumir diversas formas. Eu não conheço associações públicas nem associações privadas.

Portanto, a forma como está aqui deve ser objecto de alteração de redacção, porque pode incluir empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica ou associações.

Não há associações privadas, nem associações públicas, nem associações por quotas.

Deputado Fernando Menezes (PS): Está bem escrito assim!

O Orador: Associações é aqui para o fim.

A questão que se coloca é diferente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Primeiro, num diploma desta natureza, embora o Sr. Secretário tenha dito que este é um diploma abrangente, um dos elementos fundamentais do diploma é saber quem é que beneficia com os apoios aqui previstos.

Desde logo, os beneficiários, deviam estar previstos no Decreto Legislativo Regional.

No regulamento é que se vai dizer quem é que beneficia dos apoios deste diploma. É remeter para um Decreto Regulamentar aquilo que é um dos elementos que deve ser a essência deste diploma, ou seja, saber quem é que beneficia com ele.

Não está aqui previsto em cada um dos subsistemas quem são os beneficiários.

A primeira questão que eu coloco é uma questão de princípio.

Atendendo à natureza deste diploma, é nele que devem estar quem são os beneficiários.

Nós quando fazemos aqui um Decreto Legislativo Regional, temos que ter o objecto, o âmbito e a quem é que ele se destina.

Aqui não está explícito a quem é que ele se destina.

Diz que os beneficiários vão ser divulgados num Decreto Regulamentar Regional.

No fundo, não é só demitirmo-nos das nossas competências.

Eu penso que o próprio Governo nem sequer tem competência para estar a dizer quem é que é beneficiário de um diploma destes.

No fundo, é um diploma que por si só — como há outras coisas à frente que são aberrantes — não reflecte quem beneficia dele e atribui para o Governo que venha regulamentar depois quem é que vai beneficiar dos apoios que estamos aqui a prever. Esta situação é caricata e no fundo é



como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro diz, é encostar a Assembleia contra a parede.

Nós temos consciência que vamos aprovar aqui coisas aberrantes, porque estamos a aprovar um diploma que não sabemos, nem prevemos nele quem são os seus beneficiários.

Mais. Diz aqui *poderá*. Ou seja, vai ficar ao critério do Governo dizer quais são as empresas que vão ou não beneficiar, porque não se diz aqui beneficiarão, mas sim *poderá incluir*.

Portanto, não diz quais são as empresas que vão incluir, é uma faculdade. Além de não dizer quem são os beneficiários, dá-se uma faculdade ao Governo de poder incluir ou excluir as empresas. Isto é uma aberração em todos os aspectos, por isso é quero que tenhamos a consciência de que estamos aqui a legislar em branco.

No fundo, não é passar um cheque em branco, é uma carta em branco, é um cartão em branco ao Governo e acima de tudo, para quem critica o papel desta Assembleia, nós temos que ter consciência que vamos votar algo que em nada dignifica esta instituição.

Nós estamos a votar um diploma apenas para esta Assembleia não ser acusada de não ter colaborado com as justas pretensões dos empresários que há muito tempo queriam esta legislação posta em prática.

Agora, que é lamentável que esta Assembleia esteja a aprovar um diploma estruturante, com esta importância, sem saber a quem é que ele se destina, é de facto lamentável.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Estão aqui os beneficiários!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6º, façam o favor de permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 21 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 21 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 7º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que coloco, prende-se com a interpretação da alínea b) do nº 2 e tem a ver com as condições de acesso dos produtores.

Depois de alguma tentativa em percebermos o alcance desta medida, não conseguimos descortinar.

Aqui diz-se:

"Os promotores devem comprometer-se ainda:

b) Afectar o projecto à actividade e à localização geográfica durante um período mínimo de 5 anos, ou até ao final do prazo de reembolso do incentivo, se este for superior, contado a partir da data de conclusão do investimento, salvo nos casos..." — no fundo, criamos regras e depois as excepções é que definem — "...a definir nos regulamentos, em que a atendibilidade de tais prazos não seja viável;"

Eu não percebo o que é que isto significa. Se o Sr. Secretário puder explicar, eu agradecia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Há casos em que há investimento em equipamentos ou num edifício e há outros casos, por exemplo, a promoção ou a animação, em que depois de feito o processo terminou. Quem for abrangido pelo projecto, como por exemplo no caso da promoção, depois dela estar feita acabou.

Por isso é que se tem que salvaguardar e definir os regulamentos, de forma a que até determinados prazos não seja viável e isto para salvaguardar certos casos em que não é possível afectar o projecto à actividade durante 5 anos, porque termina imediatamente.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 8º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo ao esclarecimento que o Sr. Secretário fez há pouco, eu gostaria de pedir um esclarecimento em relação ao artigo 8º, alínea b), que diz: "*Viabilidade económica e financeira, devidamente demonstrada de acordo com critérios a definir na regulamentação*".

Se percebemos aquilo que o Sr. Secretário explicou no âmbito da promoção que tinha feito posteriormente, gostaria que me concretizasse como é que se vai provar, por exemplo para a divisão 73 (investigação e desenvolvimento), a viabilidade económica?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente nos Açores e em Portugal, nós não estamos habituados em encarar a investigação como sendo um projecto de viabilidade económica com lucro, mas nos Estados Unidos, na Europa civilizada, numa Europa mais desenvolvida isso acontece.

Há investimentos em investigação e em desenvolvimento que dão lucro.

É nesse aspecto que estamos a pensar aqui e isso algum dia há-de chegar à nossa terra.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a questão aqui, Sr. Secretário, é que nas condições de acesso dos projectos, tinha que vigorar uma outra condição para esse tipo de projectos. É isso que está a faltar e não é dizer que nós em Portugal não estamos habituados a fazer viabilidade económica de projectos de inovação, internacionalização, ciência e tecnologia, qualidade, segurança, gestão ambiental, introdução de novas tecnologias. Não consegue demonstrar viabilidade desses projectos.

Tem que ter outros critérios de acesso que não estão cá.

Os critérios que estão aqui aplicam-se a investimentos corpóreos, não tem critérios para investimentos incorpóreos e a questão é esta. Não é que em Portugal ainda não se faz isso. Em Portugal não se faz, porque não se faz em lado nenhum.

O que há são outros critérios de apreciação que não estão previstos. Essa é que é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu recomendo-lhe novamente a leitura da frase: "*Viabilidade económica e financeira, devidamente demonstrada de acordo com critérios a definir na regulamentação*".

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Mas não há viabilidade, começa logo por aí!

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 8º, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

Para este artigo há uma proposta de eliminação do PSD para o nº 5.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração relativamente ao artigo 9º, porque este artigo fala em despesas elegíveis. Tem vários números que falam de vários projectos que são elegíveis para efeitos deste diploma e o nº 5 fala em despesas não elegíveis.

Por uma questão de metodologia, entendemos fazer um aditamento criando um artigo para despesas não elegíveis, eliminando o nº 5 deste artigo. É esta a razão de ser da proposta de alteração do PSD.

Aproveito também esta oportunidade para questionar o Sr. Secretário sobre uma questão que não sei se é intencional, se é por lapso.



No que se refere ao nº 2 deste artigo 9º, fala-se nos casos de projectos de promoção turística nas áreas de actividades abrangidas pelas alíneas d), f), g), h), n) e o).

Há alguma razão especial para ter sido excluída a alínea i)? Foi intencional?

A alínea o), por exemplo, refere-se aos ginásios e aí podem ser contempladas pelas despesas de promoção dos ginásios.

Porque é que na alínea i), que se refere às rent-car, não está previsto fazer promoção?

Era esta a minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devo dizer que a redacção proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, vem melhorar o documento.

É bem vinda e é uma maneira formal, mais correcta, de pôr esta questão.

Em relação à alínea i), divisão 71 (aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais domésticos), eu não descortino nenhuma razão. Se calhar poderá existir, por isso poderá ser incluída aqui a alínea i), não vejo mal nenhum.

No caso dos projectos de promoção turística, para mim, quanto mais promoção turística houver, melhor.

Se acham que se deve colocar aqui a alínea i), sinceramente eu não consigo descortinar, mas poderá ter havido um lapso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Uma vez que o Sr. Secretário admitiu que pode haver aqui algum lapso, que quanto mais abrangente for o diploma melhor e não há oposição do Sr. Secretário, — se fosse uma decisão do Governo, nós respeitaríamos essa decisão como temos feito nos outros artigos — nós propúnhamos que se pusesse à votação abrangendo o nº 2 deste artigo 9º, também a alínea i).

Presidente: Sendo assim, vou submeter à votação o artigo 9º, incluindo a proposta de eliminação apresentada pelo PSD para o nº 5 e no nº 2 a alínea i).

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade, incluindo as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Presidente: Deu entrada na Mesa uma proposta de aditamento, que cria o Artigo 9º-A e tem como epígrafe *despesas não elegíveis*.

Julgo que esta proposta já foi distribuída pelos Srs. Deputados, por isso submetia à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi referido na análise do artigo 9º., nós entendemos — e penso que com a concordância de toda a Câmara após o resultado da votação que agora acabámos de obter, onde foi retirado do capítulo das despesas elegíveis o nº 5 que se referia a despesas não elegíveis — por uma questão de metodologia, criar um artigo próprio para as despesas não elegíveis.

Relativamente a esse artigo, como o Sr. Secretário e os Srs. Deputados podem verificar, nós apresentámos a proposta de alteração com a mesma redacção que estava no nº 5, não alterámos uma única vírgula, o que não significa que estejamos de acordo com todo o seu conteúdo.



Há aqui duas questões que me parece importante sublinhar.

A primeira questão que coloco e a Câmara de Comércio também faz referência, vai no sentido de saber porque é que o Governo entende que não são elegíveis as despesas com terrenos, exceptuando algumas situações e porque é que retiraram as indústrias extractivas contra a opinião da Câmara de Comércio que está de acordo com isso?

Outra questão que gostaria de colocar — julgo que é uma situação ainda mais aberrante — prende-se com o que é que consideram despesas não elegíveis?

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, apresentámos a mesma redacção:

- Aquisição de edifícios (despesas não elegíveis)
- Aquisição de bens em estado de uso (o mesmo princípio)
- Custos internos da empresa.

Esta é que devia ser a regra, mas nós estamos aqui a considerar como despesas elegíveis, a aquisição de edifícios, à excepção das situações previstas no regulamento.

Isso é uma proibição que no fundo não proíbe nada, porque estamos a considerar nas despesas não elegíveis a aquisição de edifícios, mas depois diz-se *à excepção das situações previstas no regulamento*.

O mesmo acontece em relação à aquisição de bens em estado de uso que são despesas não elegíveis, mas à excepção das situações previstas nos regulamentos.

Quanto aos custos internos das empresas, também vêm referenciados nas despesas não elegíveis, mas com excepção dos admitidos no regulamento.

No fundo, estamos a considerar no Decreto Legislativo Regional despesas não elegíveis, mas deixamos a porta aberta para no regulamento se estabelecer despesas elegíveis. Isto é um contrasenso, estamos a considerar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

por um lado despesas não elegíveis, mas dando desde logo a abertura que o regulamento preveja como despesas elegíveis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou explicar.

Isto resulta de um trabalho muito profundo e de muito de pormenor.

Quando se está a dizer que a "*aquisição de edifícios, à excepção das situações previstas na regulamentação do SIDET e do SIDEPA*", isto já tem um destinatário, ou seja, o turismo.

O SITRAA também tinha essa situação.

Nós vamos privilegiar — já estamos a fazê-lo, isso já vem do SITRAA — por exemplo, alguém que queira comprar uma casa que esteja em ruínas e que queira fazer uma adaptação para o turismo de habitação, para o turismo rural ou mesmo fazer um hotel rural, pode adquirir, porque nós gostaríamos de privilegiar o nosso património.

O nosso património existente, logo que tenha qualidade e que exista com qualidade, uma boa maneira de preservá-lo, é através do turismo, porque vão adaptar edifícios antigos com alguma memória até histórica para esta situação.

No caso dos bens de uso, é também para o turismo.

No turismo de habitação, muitas vezes é preciso colocar peças de mobília que estão ligadas àquele local e que não são peças novas, não se vão adquirir na fábrica. São restaurações de peças antigas, peças que já têm uso.



É importante que isso esteja aqui. Isso tem que estar nos regulamentos, porque é tão específico que não pode estar no Decreto Legislativo, só no Decreto Regulamentar é que se pode explicitar isso.

Quanto à indústria extractiva, chegámos à conclusão que isto, no fundo, ia privilegiar as saibreiras, as cascalheiras. É isso que nós temos nos Açores, não temos minas. Esta terminologia existe no Continente.

Nos Açores o que existe são as saibreiras e as cascalheiras. Foi o parecer do CRI.

Nós não somos consensuais em tudo.

O Conselho Regional de Incentivos disse isso. A Câmara de Comércio se calhar não notou, nem a Associação de Jovens Empresários. Mas o CRI pronunciou-se sobre isso e achámos que devíamos atender a tal desejo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Um esclarecimento adicional.

Na alínea i) vem referido *custos internos* .

O que é que considera custos internos não elegíveis?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isso está aqui explicitado e foi feito pelos técnicos que se debruçaram sobre o assunto.

Esta terminologia é utilizada em documentos análogos, por isso eu não posso explicitar porque não sou especialista nem estou por dentro dessa área.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.



Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu só chamo a atenção para que não fique aqui incluído os custos de instalação que a própria empresa pode fazer para si nos projectos de investimento.

Se for assim, vão fazer na mesma e vão arranjar subterfúgios, porque pode estar aqui — é bom que não esteja — esse tipo de custos. É só esta chamada de atenção que gostaria de fazer.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 9º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 9º-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 11º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.



Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, na discussão na generalidade, levantei a questão das associações empresariais analisarem as candidaturas.

O Sr. Secretário Regional esclareceu o assunto, mas de qualquer maneira, nesta altura em que estamos a analisar na especialidade, queria deixar o apelo para que ao celebrarem os protocolos que aqui estamos a aprovar, se tivesse em atenção que as entidades com as quais se vai celebrar os protocolos possam, em tempo útil, fazer a devida análise dos projectos.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 13º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.



Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 15º.

Deu entrada na Mesa uma proposta de alteração para o nº 3 deste mesmo artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD tem a ver com o articulado que aqui previa a capacidade da concessão em caso de não ser celebrado o contrato no prazo fixado no regulamento.

Nós entendemos que essa caducidade só deve ocorrer se a não assinatura dentro do prazo, for imputável ao promotor.

Portanto, caso haja alguma demora que não possa ser imputável ao promotor, ele não deve ser penalizado por essa demora, porque a responsabilidade não é sua.

Sendo assim, limitámos a possibilidade da caducidade da concessão dos incentivos, apenas e tão só, quando a responsabilidade pela não assinatura do contrato dentro de prazo for imputável ao promotor. É essa a razão de ser da nossa proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Grupo Parlamentar do PS concorda inteiramente com esta alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Finalmente é uma boa aportação do Grupo Parlamentar do PSD. Melhora o diploma, introduz justiça nele, esclarece claramente que se a culpa não for da pessoa, "do desgraçado", não será penalizado por isso.

Aí está uma belíssima proposta que nós temos todo o gosto e alegria em votar com Vs. Exas..

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 16º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 18º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:



Gostaria de perceber um pouco melhor o teor do nº 4, ou seja, qual é o papel do Conselho Regional de Incentivos ao abrigo deste novo diploma?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como sabe, o Conselho Regional de Incentivos, neste momento, tem duas grandes missões.

A primeira, é a avaliação dos subsistemas e aconselhamento do Governo — basta ler o Decreto Regulamentar — e essa missão vai continuar, ou seja, a avaliação dos subsistemas e do grau de sucesso dos respectivos projectos de investimento.

Mas há uma missão que julgo que é muito mais operacional e que deve ser feita pela Comissão de selecção e que será separada.

É nesta missão mais supra, mais abrangente de verificar o que está acontecendo nos diversos sistemas de incentivos, se há ou não há sucesso, se o sistema está a funcionar bem ou mal, que o Conselho Regional de Incentivos deve ser colocado, por isso é que deve ter também uma composição diferente da composição da comissão de selecção. Deve ser muito mais operacional, muito mais ligado ao sistema, ao subsistema em causa.

Num caso mais genérico, mais abrangente, com pessoas ligadas a diversos sectores e com a maior composição, porque é uma comissão mais alargada.

A outra deve ser mais pequena, mais operacional, para dar resposta no sentido dos projectos analisados na Câmara de Comércio ou na Secretaria Regional de Economia, serem aprovados rapidamente.

Portanto, é separar duas funções que me parecem ser diferentes e distintas.

Presidente: Vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 19º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 19º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 20º, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração.

Está à discussão a proposta de alteração para este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esperando a anuência do Grupo Parlamentar do PS e até a congratulação com esta proposta de alteração, o que nós pretendemos acima de tudo, é, já que não tivemos oportunidade de poder ter os regulamentos connosco para ficarmos melhor elucidados do seu conteúdo, uma vez que há urgência na entrada em vigor deste diploma e na sua regulamentação e atendendo a que a proposta do Governo não fixava qualquer prazo para aprovação dos Decretos Regulamentares Regionais, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração limitando o prazo de 60 dias — julgo que mereceu a concordância do Sr. Secretário — porque nos parece um prazo razoável para que os mesmos sejam aprovados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós gostaríamos de fazer em menos de 60 dias e vamos tentar fazer, por isso estamos a trabalhar afincadamente nesse aspecto. Aliás, se os regulamentos da medida 1.2, do Programa Operacional de Economia, saírem a meados de Junho, como parece que vão sair, nós, garantidamente, teremos isso em menos de 60 dias.

Sendo assim, não vejo nenhum inconveniente. Julgo que 60 dias é um prazo razoável, a não ser que haja uma coisa excepcional, mas parece-me razoável e por isso o Governo Regional aceita essa decisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à expectativa do meu ilustre amigo, esta é também uma aportação fundamental por parte do Grupo Parlamentar do PSD, merece a nossa aprovação, o nosso regozijo e a nossa alegria

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 20º, tendo em conta a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 20º e proposta de alteração apresentada pelo PSD, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 21º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.



Secretário: O artigo 21º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 22º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 22º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 23º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 23º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da discussão deste diploma, vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que em votação final global concordam com este diploma, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada em votação final global por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ao fim desta maratona que nos tomou umas longas horas — e temos que dizer porque não tivemos conhecimento deste diploma mais cedo, foi por isso que tivemos que trabalhar aqui durante todo o dia — não deixámos porém de fazer o nosso trabalho, não deixámos de levantar todas as dúvidas e de pôr aqui todas as questões, com vista a melhorar um diploma ou, pelo menos, a criar aqui alguns compromissos que ficam no diário das sessões, para que os regulamentos correspondam àquilo que deve ser o interesse dos beneficiários deste diploma.

O PSD fez o esforço que lhe competia.

É um partido responsável e consciente das implicações que poderia haver para os empresários, caso não fizéssemos este esforço que aqui foi feito hoje, caso não conseguíssemos aprovar este diploma e conscientes dessa realidade, fizemos o nosso melhor, aprovámos um diploma que quanto a nós deveria ser muito mais pormenorizado, aprovámos aqui coisas que em nossa opinião têm até algumas incongruências, têm muitas lacunas.

Esperamos que o Governo corresponda a tudo aquilo que aqui foi discutido e que faça regulamentos que vão de encontro ao espírito do que aqui foi aprovado, porque o que nos interessa é corresponder a quem nos elegeu, é fazer um diploma que sirva os empresários, é fazer um diploma que dinamize o tecido económico regional.

Nesse sentido, fizemos um esforço especial e esperamos ser correspondidos na segunda parte, ou seja, na parte que diz respeito aos regulamentos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Secretários e Srs. Deputados, espero que os nossos empresários também correspondam e que isto sirva para aparecer melhores projectos e para dinamizar e promover o crescimento económico da nossa Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma simples declaração de voto para dizer que o Grupo Parlamentar do PS congratula-se com esta aprovação agora verificada, congratula-se também porque entende que o Governo apresentou este diploma em tempo útil, portanto fez o esforço para apresentar este diploma em tempo útil, como de resto era reclamado por toda a gente e estamos convencidos que ele será um instrumento, ou digamos, a lei que vai enquadrar todos os incentivos que poderão potenciar daqui para a frente e durante os próximos 7 anos, o nosso desenvolvimento, criando mais emprego, propiciando maior qualidade de vida para os açorianos.

Esperamos também que a atribuição destes incentivos se processe com critérios rigorosos e que possamos aqui, na Assembleia Regional, acompanhar esta evolução, sentindo em cada dia uma melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Muito obrigado.